



Chega ao Senado proposta com nova regra para aposentadoria

Projeto se refere a uma das três medidas provisórias que foram lidas na sessão de ontem e passam a trancar a pauta de votações do Plenário

O texto, que inclui as emendas feitas à Medida Provisória (MP) 676/2015, estende até 2018 a aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social pela regra alternativa conhecida como 85/95. A norma é uma opção ao fator previdenciário, cálculo que reduz o valor dos benefícios para estimular o trabalhador a continuar na ativa. Pela nova regra,

a mulher poderá se aposentar sem o fator se a soma da idade dela a um mínimo de 30 anos de contribuição for igual ou superior a 85. No caso do homem, os 35 anos de contribuição somados à idade devem atingir pelo menos 95.

O segundo projeto a trancar a pauta é derivado da MP 677/2015. O texto permite à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) pror-

rogar até 2037 os contratos de fornecimento de energia com indústrias do Nordeste classificadas como grandes consumidores.

Já o projeto originado da MP 686/2015 liberou crédito extra de R\$ 5,18 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A maior parte foi direcionada a contratos já existentes e à abertura de 61,5 mil novas vagas no segundo semestre. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senadores e deputados divergem no trecho que muda a CLT para privilegiar negociação em detrimento da legislação

Texto prevê salário menor para garantir emprego

Segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado projeto que cria o Programa de Proteção ao Emprego. Empresas cadastradas poderão reduzir em até 30% a remuneração e a jornada de trabalho dos empregados quando

enfrentarem dificuldades financeiras, ficando proibidas de demitir sem justa causa por até 32 meses.

Trecho polêmico da proposta estabelece que acordos coletivos e convenções poderão prevalecer sobre a legislação. **6**

Plenário analisará fundo de turismo para o Mercosul **4**

Regime especial dispensa licitações na segurança **5**

Avança criação de zona franca em São Luís **7**

Política Nacional de Abastecimento vai para decisão final **4**

Itamaraty deverá explicar trabalho na Venezuela **7**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Izabella fala em comissão: "Brasil ofereceu a maior meta de redução de gases"

Ministra afirma que metas ambientais dependem do Congresso e da sociedade

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, detalhou para deputados

e senadores as metas ambientais que o Brasil apresentará na COP-21. **7**

MP reajusta taxas cobradas por Ancine, Ibama e Cade **3**

Projeto isenta de IPI carro para pequenos negócios **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Aitaes Oliveira interroga a ex-conselheira Meigan Sack, que ficou em silêncio

CPI do Carf apura se lobistas tiveram influência em medida provisória

A comissão investiga se lobistas entrevistados na MP de 2009 que deu incentivos

à indústria automobilística. Agentes públicos teriam recebido propina. **5**

Diplomatas passam em sabatina para embaixadas

Os diplomatas Hadil Fontes da Rocha Vianna, indicado para o posto de embaixador no Uruguai, e Rodrigo do Amaral Souza, indicado para a embaixada brasileira nas Filipinas, foram sabatinados ontem pela Comissão de Relações

Exteriores. O primeiro falou sobre a legalização da maconha no Uruguai. O segundo, sobre as oportunidades de negócio do Brasil com as Filipinas. A comissão os aprovou. As duas indicações agora vão para o Plenário. **8**



Pedro França/Agência Senado

O senador Aloysio Nunes Ferreira conduz a sabatina, entre os diplomatas Rodrigo Souza e Hadil da Rocha Vianna



Autor da proposta, Anastasia (C) conduz o debate com a relatora do texto, Simone Tebet, e o professor Carlos Sundfeld

Projeto busca ampliação da segurança jurídica no país

Proposta do senador Anastasia é objeto de livro lançado no Senado. Para um dos autores da publicação, o professor Carlos Sundfeld, da FGV, legislação no Brasil tem avançado pouco para enfrentar o problema

GARANTIR A SEGURANÇA jurídica e a eficiência das decisões do poder público são objetivos de projeto de lei do Senado (PLS) que deu origem a um livro lançado ontem na Casa. O evento reuniu senadores, deputados, juristas, professores, estudantes e especialistas em direito.

O livro *Segurança Jurídica e Qualidade das Decisões Públicas* faz um estudo sobre o PLS 349/2015, apresentado por Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Um debate conduzido pelo senador contou com a participação de Simone Tebet (PMDB-MS), relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e do professor Carlos Ari Sundfeld, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, um dos autores do livro e inspirador do projeto de lei.

— Temos de organizar o funcionamento do poder público. O gestor, o cidadão comum, o empresário inves-

tidor precisam ter confiança nas normas — disse Anastasia.

Segundo o senador, a desconfiança afugenta investimentos, prejudica a economia e dificulta a geração de empregos e renda.

— Se você está jogando bola, você tem a confiança que, se o juiz der impedimento, o gol não será válido. Essa é a regra. Imagine se no decorrer do jogo muda-se a regra, se de repente vale o gol com impedimento. Isso não é possível. A segurança jurídica dá a todos a garantia de que as normas combinadas vão prevalecer durante o contrato.

De acordo com Simone, é preciso garantir a aprovação do projeto mostrando a eficácia do texto:

— Nós estamos aqui mudando paradigmas, mudando uma lei que abrange interpretações e normas de direito público com dois grandes focos: aumentar a segurança jurídica e melhorar a qualidade das decisões administrativas.

De acordo com a senadora, a lei proposta no PLS 349/2015 é de vanguarda e fruto de muito estudo.

Para o professor Sundfeld, todos reconhecem que há no país um problema grave de eficiência e de segurança jurídica, mas até agora muito pouco se avançou na normatização.

— Esse é um desafio que merece soluções jurídicas. Estou muito feliz em participar deste encontro entre a academia e o Parlamento para tentar propor soluções de temas próprios do Estado brasileiro. É fundamental que esse diálogo ocorra — disse.

Cerca de 150 pessoas acompanharam os debates, que contaram com a participação de Elmano Férrer (PTB-PI), Dário Berger (PMDB-SC), Ana Amélia (PP-RS), José Medeiros (PPS-MT) e José Serra (PSDB-SP). Os senadores falaram sobre a pertinência da proposta apresentada por Antonio Anastasia.

Sandra Braga apoia campanha Outubro Rosa

Ao saudar a campanha Outubro Rosa, de alerta para a prevenção ao câncer de mama, Sandra Braga (PMDB-AM) pediu ontem aos governantes que garantam às mulheres pleno acesso aos exames que permitem o diagnóstico da doença, como a mamografia e a ultrassonografia.

A senadora defendeu campanhas educativas e a realização de exames para que a doença seja identificada cedo.

— Infelizmente, as mulheres pobres da Amazônia e do Brasil não têm acesso aos modernos equipamentos de detecção do câncer de mama, mas é preciso um esforço do governo, em seus três níveis, para que os órgãos de saúde sejam melhor equipados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa diz que Farmácia Popular não vai acabar

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o governo não vai acabar com o Programa Farmácia Popular, que fornece medicamentos gratuitos para a população, como anuncia a imprensa.

Ela explicou que a proposta do Orçamento 2016 corta apenas a parte do programa que garante remédios mais baratos. Essa parte subsidia uma lista de medicamentos, permitindo que um remédio que custa R\$ 40, por exemplo, seja vendido por R\$ 2 ou R\$ 3.

A senadora disse que lutará para que esse corte seja revisto na votação do Orçamento.

— Não podemos permitir que o corte seja feito aí. Esse item garante medicamentos para o controle da doença de Parkinson, do glaucoma, da osteoporose, além de contraceptivos e de fraldas geriátricas.

Reguffe pede que remédios não tenham imposto

Reguffe (PDT-DF) defendeu ontem projeto que isenta os medicamentos da incidência de tributos. Ele reconheceu que o tema não parece adequado num momento como o atual, em que o governo alega ser necessário aumentar a arrecadação para cobrir as despesas públicas, mas lembrou que o assunto precisa ser debatido para que a medida possa ser adotada em futuro sem crise.

— Para tirar os impostos dos remédios, o impacto no Orçamento é de R\$ 5 bilhões. O governo deu uma isenção para a indústria automobilística de R\$ 20 bilhões. Mas R\$ 5 bi para que as pessoas comprem o remédio por um preço mais acessível não pode.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aécio quer menos cargos em comissão na esfera pública

AGENDA BRASIL

Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Aécio Neves (PSDB-MG) que restringe o número de cargos em comissão na administração pública e estabelece que o preenchimento dos cargos terá que ocorrer por processo seletivo público. Somente o governo federal tem hoje cerca de 23 mil cargos de comissão, boa parte ocupado por pessoas que não fizeram concurso público. Nos estados, são mais de 100 mil.

Pela PEC 110/2015, que integra a Agenda Brasil, os cargos em comissão não poderão superar um décimo dos cargos efetivos de cada órgão e pelo

menos a metade deles caberá a ocupantes de cargo efetivo, ressalvados o assessoramento direto aos detentores de mandato eletivo, aos ministros de Estado e aos secretários de estado, do DF e de municípios.

O novo percentual deverá ser atingido gradualmente: no primeiro ano, atingirá, no máximo, 30% do total de efetivos. No segundo ano, 20%, e no terceiro, 10%.

— A proposta vem ao encontro da [vontade da] sociedade brasileira, de buscar mais eficiência e menos influência político-partidária no serviço público — justifica Aécio.

Em relatório favorável, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirma que a PEC recupera “um mínimo de decência constitucional e administrativa”.

Para Pinheiro, falta debate sobre prioridade do país

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a votação de projetos que realmente sejam prioritários para o Brasil, como a proposta que favorece a arrecadação dos estados aprovada pelo Plenário. Para ele, é preciso tomar cuidado para que o Senado não vote em série projetos que não são importantes para o país.

— O que é importante pautar? É necessário que esse debate seja feito para não estabelecer uma gincana e votarmos projetos em série, como se fôssemos máquinas. É importante voltar ao velho debate da pauta prioritária.

A PEC 107/2015, citada como exemplo de texto relevante, autoriza a cobrança de ICMS em leasing de bens importados.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Valdir Raupp lembra o Dia do Vereador

Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou o Dia do Vereador e chamou a atenção para a importância da atividade parlamentar nas câmaras municipais. Ele disse que a função dos vereadores é eficaz e humanista, pela proximidade com o cidadão do município.

Raupp lembrou que o PMDB elegeu quase 14% dos vereadores no país e disse que as verbas orçamentárias municipais não estão à altura do aumento das responsabilidades e atribuições dos municípios.

— Neste momento de baixa da arrecadação, são os municípios que mais sofrem. Estão com água no pescoço para pagar servidores e manter serviços essenciais e sem capacidade para investir.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Medida provisória com nova regra de aposentadoria tranca pauta do Senado

Outras duas MPs, sobre recursos para o Fies e prorrogação de contratos da Chesf, chegaram ao Plenário ontem já impedindo as votações

TRÊS PROJETOS DE lei de conversão (PLVs), decorrentes das MPs 676/2015, 677/2015 e 686/2015, foram lidos em Plenário no início da sessão de ontem. Os projetos chegam trancando a pauta de votações do Senado.

Com prazo para votação até 15 de outubro, o PLV 15/2015, que inclui as emendas feitas à MP 676, passa a ser o primeiro item da ordem do dia. O projeto estende até 2018 a aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social pela regra alternativa conhecida como 85/95, que permite ao trabalhador aposentar-se sem a redução aplicada pelo fator previdenciário sobre o salário.

Segundo a nova regra, a mulher que tiver no mínimo 30 anos de contribuição para a Previdência poderá se aposentar sem o fator previdenciário se a soma da contribuição e da idade atingir ao menos 85. No caso do homem, os 35 anos de contribuição somados à idade devem atingir 95, no mínimo.

A medida também regulamenta o recebimento do seguro-desemprego pelo trabalhador rural e do seguro-defeso pelos familiares que apoiam o pescador artesanal. O texto trata ainda da desaposentação, que permite recálculo da aposentadoria para quem continuar a trabalhar e a pagar o INSS depois de se aposentar.

Já o PLV 16/2015, vindo da



Fila em agência do INSS: além de criar opção ao fator previdenciário, MP trata de desaposentação e seguro-desemprego

MP 677, permite à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras, prorrogar até 2037 os contratos de fornecimento de energia com indústrias do Nordeste, classificadas como grandes consumidores. Os contratos, celebrados na década de 70, teriam vencido em 30 de junho deste ano.

A MP, que perde validade em 20 de outubro, também criou um fundo para captar recursos para empreendimentos de energia elétrica com o objetivo de aumentar a oferta no Nordeste e equilibrar o preço após 2037.

O texto aprovado pela comissão mista é um projeto de lei de conversão de Eunício

Oliveira (PMDB-CE), que incluiu sistemática semelhante para grandes consumidores da Furnas Centrais Elétricas, outra empresa do grupo Eletrobras.

Fies

Com prazo para votação até 27 de novembro, o PLV 14/2015 é oriundo da MP 686, que liberou crédito extraordinário de R\$ 5,18 bilhões para atender despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A maior parte dos recursos — R\$ 4,2 bilhões — foi direcionada a contratos já existentes e para abertura de 61,5 mil novas vagas no segundo semestre. Outros R\$ 578,27

milhões têm como destino a administração do Fies e R\$ 400 milhões são para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo. No início do ano, foram firmados 252 mil novos financiamentos, com custo de R\$ 2,5 bilhões.

A MP destinou recursos para a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI). O texto também autorizou empréstimo externo para compra de 36 caças suecos Gripen NG para a Força Aérea Brasileira (FAB).

O texto final é do relator na comissão, Benedito de Lira (PP-AL).

No Dia do Idoso, Ana Amélia lembra caso do Aerus

Ana Amélia (PP-RS) registrou a passagem do Dia Internacional do Idoso, comemorado ontem. A senadora mencionou dados da OMS indicando que, em 2050, os idosos serão 30% da população brasileira.

— E não há como falar de idosos sem lembrar o drama de uma parcela deles, ligada ao Aerus, fundo de previdência complementar dos trabalhadores da Varig — disse.

A senadora recordou que eles aguardam há meses a votação de crédito especial para o Ministério da Previdência indenizar, parcialmente, cerca de 10 mil beneficiários.

Medeiros propõe incentivo ao algodão brasileiro

José Medeiros (PPS-MT) quer que o governo federal dê mais atenção e incentivos à produção de algodão no país.

O senador pediu apoio dos colegas para projeto dele que reduz os encargos incidentes na cadeia produtiva da matéria-prima.

— Cabe a nós do Parlamento zelar para que o algodão brasileiro supere a crise atual e, em momento mais favorável, no futuro, se reerga com a força e o brilho do passado — disse Medeiros.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Governo quer reajustar taxas cobradas por Ancine e Ibama

Representantes do governo defenderam ontem a atualização monetária de taxas cobradas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para manutenção de políticas de incentivos e de fiscalização promovidas por esses órgãos.

Eles participaram de uma audiência pública da comissão mista que debate a medida provisória que trata do assunto (MP 687/2015). A proposta faz parte do ajuste fiscal e tem como objetivo reforçar a arrecadação federal.

Segundo o economista-chefe do Cade, Luiz Alberto Esteves, o órgão mantém a mesma taxa há 14 anos e é importante o reajuste nos valores para que as operações básicas se mantenham. Ao conselho cabe investigar, punir e combater as condutas de agentes econômi-



O senador Hélio José (C) conduz audiência sobre a MP que eleva taxas que financiam políticas de incentivo e fiscalização

cos que tragam prejuízos à livre concorrência, como os cartéis.

Para Esteves, o reajuste vai permitir que os investimentos em inteligência e na fiscalização de empresas irregulares sejam mantidos. Ele explicou que as próprias empresas procuram o Cade para fazer acordo de leniência, temendo a detecção. Ele ressaltou que nisso reside a importância da inteligência: a instituição conseguir demonstrar que tem poder de detecção e acabar dissuadindo o conluio das empresas.

— Se você perde a capaci-

dade de investimento, essa reputação se perde. Recuperar depois fica muito difícil. Este é o ponto central: a capacidade de conseguir fazer os investimentos em inteligência — afirmou.

O secretário-executivo da Ancine, Maurício Hirata, afirmou que o tributo cobrado pela agência é fundamental para manutenção do setor audiovisual brasileiro. Ele explicou que o Condecine é uma contribuição que auxilia o fomento da atividade estatal de regulação do audiovisual brasileiro e que as alíquotas

para as diversas áreas do setor estão sem reajuste há 15 anos.

— Existe uma defasagem que incide na capacidade de intervir no domínio econômico. Os recursos são fundamentais para o setor e para o financiamento da atividade e a sua defasagem dificulta o investimento na área — explicou.

De acordo com a procuradora-chefe do Ibama, Mariana Barbosa Cirne, a atualização monetária para o órgão vai permitir que se ampliem a fiscalização e os gastos em sua manutenção como helicópteros,

servidores e passagens:

— As novas taxas vão permitir a concretização das metas de desmatamento ilegal zero. Nós somos um país verde com reconhecimento dessa atuação.

A MP também autoriza a atualização das taxas futuramente por ato do Executivo, sem necessidade de aprovação pela Câmara e pelo Senado. O relator na comissão, deputado Afonso Motta (PDT-RS), disse que é contrário a esse dispositivo da MP:

— Tenho reservas em relação a essa questão. Pretendo me posicionar contra essa pretensão autorizativa do governo como se fosse um aval permanente para que se reajustem as taxas.

O presidente da comissão, senador Hélio José (PSD-DF), afirmou que acelerará a votação da MP e anunciou que na próxima semana serão realizadas duas audiências públicas com os setores envolvidos.

(Da Agência Câmara)

Representantes de proprietários de trailers e pequenos empresários debateram ontem proposta que concede o benefício a quem usa o carro como instrumento de trabalho, caso dos *food trucks*

Dono de quiosque pede fim de IPI para comprar carro

A ISENÇÃO DO Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos de proprietários de trailers e quiosques seria uma forma de estimular a economia, especialmente em um momento de crise como o atual. A opinião é do presidente da União dos Proprietários de Trailers, Quiosques e Similares do DF (Unitrailer), Luiz Ribeiro, que ontem participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O encontro foi sugerido por Hélio José (PSD-DF) e serviu para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) 85/2014, do ex-senador Gim.

A proposta estende a isenção do IPI para aquisição de veículos a titulares de autorização, permissão ou concessão do poder público destinada à instalação de mobiliários urbanos que utilizem o automóvel como instrumento de trabalho ou apoio. Atualmente, o benefício favorece motoristas e cooperativas de táxi e pessoas com deficiência. Pelo texto, a isenção somente poderá ser utilizada uma única vez no período de cinco anos.

O presidente da Unitrailer

disse que o projeto pode beneficiar até 20 milhões de brasileiros de forma direta e indireta. Só em Brasília, informou Ribeiro, são cerca de 20 mil proprietários de trailers e quiosques, sem contar os proprietários de bancas em mais de 65 feiras no DF. Ele também deu o exemplo dos *food trucks*, que estão se tornando mais populares, e agradeceu pelo apoio de Hélio José.

Food trucks

Relator do projeto, Hélio José disse que os proprietários de trailers ou quiosques são atores importantes na economia e precisam do apoio do poder público.

Segundo o senador, é importante ouvir todos os possíveis beneficiados para a elaboração de um relatório mais justo, pois, afirmou, o povo “não quer esmola, quer só uma oportunidade”.

— Esse projeto interessa a milhares de pessoas humildes de todo o país — disse o parlamentar, lembrando que foi vendedor de chá e café nas feiras de Brasília.

O presidente da Federação de Apoio ao Microempren-

dedor Individual do Distrito Federal, Josenildo Oliveira de Souza, criticou a alta carga tributária do país.

Ele sugeriu a instituição da compra coletiva e a facilitação de financiamentos do BNDES para empreendedor individual como formas de alavancar a economia.

Por sua vez, o secretário-geral da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal e Entorno, Francisco Camelo, afirmou que o projeto trata de um assunto relevante, que pode beneficiar muita gente com a geração de emprego e renda.

— O pequeno empreendedor já gerou seu próprio emprego. Assim, se não houver apoio, ele vai engrossar a fila do desemprego — alertou Camelo.

Também participaram da audiência o coordenador de Receita da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agéfis), Marcelo Batista Gomes, e o subsecretário de Relações Institucionais do Distrito Federal, Edvaldo Dias da Silva, além de feirantes e proprietários de trailers, *food trucks* e quiosques.



Cataratas de Foz do Iguaçu (PR): iniciativa visa aumentar o fluxo de visitantes

Fundo que promove turismo no Mercosul vai a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDL 215/2015), que cria o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul. O texto será ainda submetido à análise do Plenário.

A medida pretende aumentar o fluxo de turistas de outros países para o Mercosul, por meio da participação conjunta em eventos turísticos internacionais, instalação de escritórios regionais, entre outras ações.

O relator da matéria no Senado, José Agripino (DEM-RN), lembra que Argentina, Paraguai e Uruguai já aprovaram a criação do fundo. Ele defende que o Brasil faça o mesmo, “tendo em vista a importância do turismo não apenas para a integração entre os povos, como também para

a promoção do desenvolvimento econômico dos países do Mercosul”.

O fundo será formado por doações dos países-membros do bloco. A primeira contribuição anual será de US\$ 603 mil, repartida entre os países da seguinte forma: 65% pelo Brasil, 20% pela Argentina, 7,5% pelo Paraguai e 7,5% pelo Uruguai. Também poderão compor o fundo as contribuições voluntárias dos países-membros, de outros países e de organismos e entidades.

O Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul funcionará por cinco anos, contados a partir da primeira contribuição feita por um dos países. Após esse prazo, o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão decisório do bloco, avaliará o cumprimento dos objetivos e sua possível continuidade.

Avança criação da Política Nacional de Abastecimento

Projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA) foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e segue para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto (PLS 51/2008) estabelece como objetivo da Política Nacional de Abastecimento assegurar a oferta de alimentos, de insumos necessários à produção agrícola, de medicamentos e de água potável.

A proposta visa estimular a formação de estoques reguladores, garantir preços mínimos aos produtores rurais e condições de armazenagem e conservação dos produtos agropecuários. Também busca assegurar a alimentação das famílias carentes e incentivar o consumo de alimentos saudáveis pela população.

Entre as ações a serem

promovidas, estão estímulos ao associativismo, ao cooperativismo e à agricultura familiar.

De acordo com o texto, estará sob responsabilidade do poder público capacitar pessoal para controle de estoques; prover sistema de informação de preços e produtos armazenados; estimular a preservação de mananciais; desenvolver tecnologias para reduzir a degradação de ecossistemas; e incentivar o consumo de produtos regionais.

Para Rose de Freitas (PMDB-ES), relatora da matéria na CRA, a nova política permitirá a ampliação da estrutura de armazenamento no país e a adoção de medidas necessárias à segurança alimentar e ao abastecimento de água potável e medicamentos, especialmente em situações emergenciais, como em casos de enchentes ou secas prolongadas.



Ana Amélia preside reunião onde a instituição da política nacional foi analisada



“O povo não quer esmola, quer só uma oportunidade”, disse o senador Hélio José durante o debate com os comerciantes

Comissão quer dados sobre atraso em linha de transmissão

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) encaminhará ao Ministério de Minas e Energia pedido de informação sobre atrasos em obras de ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Nordeste.

O requerimento de informação foi sugerido por Lúcia Vânia (PSB-GO) e aprovado ontem. A senadora foi relatora de aviso (AVS 13/2015) do

Tribunal de Contas da União (TCU) que acompanha conclusão de auditoria realizada na Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

O TCU pede esclarecimentos sobre motivos para novas exigências na obtenção de declarações pedidas dos licitantes. Sugere ainda a realização de estudos preliminares nos terrenos utilizados para linhas de transmissão, para evitar conflitos

funditários e avanço sobre áreas de proteção ambiental.

O TCU pede informações à Chesf sobre o fato de ter ficado a cargo do mesmo consórcio a avaliação de terras e a negociação com os seus proprietários. Lúcia Vânia quer saber se o ministério atendeu as demandas do TCU.

A sugestão teve o apoio do relator ad hoc, Waldemir Moka (PMDB-MS).



Fotos: Geraldo Magela/Agência Senado

A ex-conselheira Meigan Sack e o administrador Alexandre dos Santos, que ficaram em silêncio na CPI. Ataídes, Vanessa e Randolfe conversam na reunião

CPI agora investiga se lobistas entrevistaram em medida provisória

MP concedeu incentivo à indústria automobilística. Segundo reportagem, agentes públicos receberam R\$ 36 milhões em propinas

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) que investiga irregularidades apontadas pela Polícia Federal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) se voltou ontem para uma nova denúncia, que teve início com a Operação Zelotes.

Uma reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* apontou que a MP 471, editada em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode ter sofrido a ação de lobistas para favorecer montadoras de automóveis. A medida prorrogou incentivos fiscais para o setor automotivo que somaram R\$ 1,3 bilhão por ano.

De acordo com mensagens trocadas entre lobistas e divulgadas pelo jornal, a edição da MP poderia ter envolvido o pagamento de R\$ 36 milhões a agentes públicos. Um dos lobistas que teria atuado a favor das montadoras é o administrador de empresas Alexandre Paes dos Santos, um dos depoentes na CPI ontem. Ele havia sido convocado por ser sócio do ex-presidente do Carf José Ricardo da Silva na Davos Energia, apontada pela PF como empresa de fachada.

Além de Santos, o lobby a favor do setor automobilístico teria incluído os escritórios de advocacia SGR e Marcondes & Mautoni e a montadora japonesa

Mitsubishi, todos já investigados pela CPI e pela Operação Zelotes.

Munido de um habeas corpus que lhe assegurava o direito de permanecer calado, Santos não respondeu às perguntas dos senadores. Por isso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) decidiu que apresentará à CPI um requerimento convocando para depor a ex-secretária-executiva da Casa Civil Erenice Guerra. A Casa Civil era chefiada, na época da publicação da medida provisória, pela atual presidente, Dilma Rousseff.

“Escândalo gigantesco”

Para Randolfe, o caso tem o poder de “redimensionar a CPI”, pois, se comprovado, se tornaria um “escândalo de proporções gigantescas”.

— Na prática, mostraria que houve a compra de uma medida provisória. Não se pode tergiversar. É algo que põe em xeque o governo e o Congresso — disse o senador, lembrando que a MP foi aprovada pela Câmara e pelo Senado.

A relatora da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que, a princípio, todo indício de atuação do referido lobby em relação ao Carf deve ser investigado, mas que não seria o caso da denúncia veiculada pelo jornal.

— A maior parte do que saiu não tem relação alguma. Esse é um lobby que

atua desde os anos 80 em Brasília e deve ter a sua digital em muitos casos.

Para a senadora, a missão prioritária da CPI do Carf é investigar a atuação das grandes empresas corruptoras que, no entender dela, “desviaram recursos numa proporção, segundo as investigações, muito superiores ao que ocorreu na Petrobras”.

Assim como Alexandre Paes dos Santos, a outra depoente convocada pela CPI, Meigan Sack, não respondeu aos senadores, beneficiada pelo habeas corpus preventivo. Ela é ex-conselheira do Carf e filha de Edson Rodrigues, que chegou à presidência do órgão.

O fato de Meigan ter seguido os passos do pai foi mencionado pelo presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), como um dos indícios de irregularidades no Carf:

— São inúmeros casos de nepotismo ou nomeações de amigos. Se formam em direito e depois vão fazer pós-graduação em evasão fiscal no Carf.

Meigan aparece em mensagens obtidas pela PF em que seu pai lhe pede que intervenha num processo. Nos e-mails, é mencionado que um pedido de vista poderia render até R\$ 30 mil.

Diante da situação, Ataídes anunciou que pedirá a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e telemático de Meigan.

Regime de contratações inclui segurança pública

A medida provisória (MP) que estende à área de segurança pública o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) foi aprovada em comissão mista do Congresso ontem, presidida pelo senador José Medeiros (PPS-MT). Além de aceitar a admissibilidade da MP 678/2015, deputados e senadores acolheram projeto de lei de conversão do relator, deputado Jovair Arantes (PTB-GO). Agora, a medida começa a tramitar na Câmara.

Originalmente, a MP só estendia o RDC, previsto nos empreendimentos de grandes eventos desportivos, a ações de segurança pública e obras em estabelecimentos penais e unidades

de atendimento socioeducativo. Os parlamentares adicionaram obras em instituições de pesquisa, ciência e tecnologia e em melhoria da mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística.

A medida dispensa a licitação para contratação de serviços técnicos especializados e aquisição ou locação de equipamentos operacionais e de inteligência por órgãos policiais, que não precisarão nem publicar a dispensa, formalidade exigida dos demais órgãos da administração pública. Emendas aceitas pelo relator preveem possibilidade de terceirização de uma série de atividades acessórias em presídios.

São especificados no texto serviços de conservação, limpeza, informática, copa, portaria, recepção, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos.

Os parlamentares incluíram outros temas na MP, como autorizações para renegociação de dívidas de crédito rural e agroindustrial do Proálcool e para a União assumir os ônus decorrentes. Outro item prevê isenção de Imposto de Renda sobre remessas ao exterior para custeio de viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, até o limite global de R\$ 20 mil ao mês por viajante.

Comissão faz debate sobre assassinato de policiais no país

A vitimização da polícia no país será tema de audiência pública promovida pela CPI do Assassinato de Jovens na segunda-feira. O outro lado da violência revela que policiais, em sua maioria jovens e negros, também estão sendo assassinados em número significativo no Brasil.

A taxa anual de mortalidade de um policial em serviço em São Paulo em 2013, por exemplo, foi de 41,8 por 100 mil policiais. Já no Rio de Janeiro, o número de policiais assassinados, em serviço ou em folga, é de 2,6 homicídios por 100 mil. Nos Estados Unidos, entre 2007 e 2013, a taxa de homicídios de policiais foi de 4,7 por 100 mil e, na Alemanha, foram mortos três policiais em 2012, frente a um efetivo de 243 mil — uma taxa de mortalidade de 1,2 por 100 mil na tropa. Os dados são do relatório final da CPI que investigou homicídios de jovens negros e pobres na Câmara dos Deputados, apresentado em julho deste ano.

A audiência pública no Senado contará com a participação de representantes de associações de policiais civis, militares, federais e defensores públicos, como a Associação Nacional de Praças, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e a Associação Nacional dos Defensores Públicos.

O debate será interativo, com a possibilidade de participação popular.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Ferraço quer prisão para crimes graves por decisão de 2º grau

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que o projeto que altera o Código de Processo Penal, viabilizando a decretação de prisão para crimes graves a partir de decisão de colegiado de segundo grau vai tornar a Justiça mais ágil e eficaz. Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador afirmou que o texto visa coibir os recursos meramente protelatórios, acabando com a sensação de impunidade no país para crimes como corrupção, peculato e lavagem de dinheiro.

Também a presunção plena de inocência será alterada, acrescentou, lembrando que isso mundo afora não é regra, e, sim, exceção.

— A cultura da presunção plena de inocência é um tipo de jabuticaba, como é jabuticaba brasileira a infinidade de recursos consagrando o duplo grau de jurisdição. Mas, em nosso país, esse grau não é duplo: se eleva a quarta potência porque os recursos vão ainda aos tribunais superiores e essa procrastinação ofende a população brasileira pela percepção de impunidade que cria.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Comissão mista aprova MP que cria Programa de Proteção ao Emprego

Plenários do Senado e da Câmara vão avaliar medida, que permite à empresa reduzir salário e jornada do trabalhador para evitar demissão

A COMISSÃO MISTA da Medida Provisória (MP) 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), aprovou ontem o relatório do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO).

O programa permite à empresa em dificuldade financeira reduzir a remuneração e a jornada de trabalho dos empregados em até 30%. Como contrapartida, a companhia fica impedida por até 32 meses de demitir sem justa causa quem teve redução salarial e de jornada.

No relatório, Vilela ampliou de 12 meses (6 meses com uma renovação) para 24 meses o prazo para empresas participarem do programa. Também estendeu em um ano o período de adesão ao PPE, até 31 de dezembro de 2016, e incluiu 31 de dezembro de 2017 como data para extinguir o programa. Corporações que respeitarem a cota de trabalhadores com deficiência terão prioridade.

A MP, que será analisada agora pelos Plenários da Câmara e do Senado, estabelece regra de manutenção do vínculo trabalhista pelo tempo de adesão ao programa mais um terço. Assim, com a mudança feita por Vilela, o funcionário com salário e jornada reduzidos de uma empresa que aderir ao programa por 24 meses terá estabilidade por 32 meses.

Além disso, a companhia que aderiu ao PPE não poderá contratar outro trabalhador para fazer a mesma tarefa daquele que teve salário reduzido. Também não poderá exigir hora extra de quem ficou com jornada menor.

A comissão mista é presidida pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Mudança na CLT

O principal tema de discussão, que chegou a suspender o debate no colegiado, foi uma alteração à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proposta em emendas apresentadas



Presidente da comissão, Petecão (à esq.), e relator, Vilela (C), na reunião: relatório dividiu opiniões dos parlamentares

Mudança na CLT para privilegiar acordo coletivo sofre críticas

Parlamentares do PT e do PCdoB criticaram a mudança na Consolidação das Leis do Trabalho prevista no texto.

Segundo o deputado Vicentinho (PT-SP), a MP foi criada para dar uma resposta à perda de empregos no país, e a alteração da CLT não deveria estar no texto.

— Esta lei é provisória. Vamos colocar um assunto dessa importância em uma lei criada para enfrentar a crise deste momento? — questionou.

Vicentinho afirmou que nenhum dirigente sindical de nenhuma central concorda com a mudança:

— Quem apoia essa posição são os empresários. Estender isso para qualquer negociação é um risco extraordinário para qualquer trabalhador.

Para o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), a alteração proposta por Vilela é uma “verdadeira reforma trabalhista”, que não poderia

ser tratada em uma MP com caráter restrito no tempo.

Afonso Florence afirmou que a mudança vai extinguir a CLT nos pontos em que houver acordo coletivo.

— Essa é uma decisão que é muito importante ao Brasil. Ela não pode entrar como emenda com quase uma extinção da CLT” — disse.

Na opinião do deputado Efraim Filho (DEM-PB), é necessário espaço para que as relações trabalhistas caso a caso possam avançar.

— Percebemos que não se pode tratar os vários segmentos como se tivessem as mesmas características. Não se pode tratar o segmento siderúrgico como se fosse o agropecuário.

Para o deputado, as críticas às mudanças buscam defender as centrais sindicais em detrimento dos sindicatos de base.

— Antes isso era uma reserva de mercado das centrais

sindicais — opinou.

A comissão aprovou a retirada do texto da MP da garantia de que o conjunto de normas estabelecidas em acordo deva ser, globalmente, mais benéfico do que as leis relacionadas. O destaque que retirou essa regra foi solicitado por Efraim Filho e criticado pelo relator.

— Apresentamos a teoria do conglobamento, que fala que qualquer acordo coletivo deva ser mais benéfico ao trabalhador em relação à legislação — disse Daniel Vilela.

Segundo ele, a emenda retirada ajudaria a manter as conquistas dos trabalhadores.

Outro ponto retirado do relatório original por destaque foi a prevalência da lei na ausência de convenção ou acordo coletivo, ou se esses acordos fossem incompletos, inexatos, conflitantes ou inaplicáveis. Vilela também criticou a retirada desse ponto.

por deputados e acatada pelo relator.

A mudança, que agora integra o projeto de lei de conversão (PLV 18/2015) originado da MP, estabelece que a negociação em convenções ou acordos coletivos de trabalho passa a prevalecer sobre a determinação legal, desde que não contrarie direitos previstos na Constituição federal,

convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e normas de higiene, saúde e segurança do trabalho.

Foi rejeitado, por 12 votos a 8, destaque para retirar do texto essa mudança, apresentado pelo vice-presidente da comissão, deputado Afonso Florence (PT-BA). Para Vilela, a essência do programa está no acordo coletivo de traba-

lho, e a mudança no parecer busca modernizar as relações trabalhistas.

— Vai ajudar a diminuir a judicialização e aumentar a conciliação. É uma inclusão na legislação trabalhista significativa. Penso que é o fortalecimento das próprias entidades sindicais que representam os trabalhadores — disse o relator.

(Da Agência Câmara)

Congresso deveria ser mais patriota, afirma Donizeti

Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou que a crise não é decorrente do governo, como diz a oposição, e sim da crise mundial iniciada em 2008. O senador disse que só 10% da desaceleração é decorrente de ações internas. Para ele, o alongamento da crise é que provoca a necessidade de ajustes, que poderiam ser feitos com mais rapidez se o Congresso tivesse “uma atitude mais patriótica”.

O senador argumentou que o corte dos ministérios, muito cobrado por críticos do governo, não geraria grande economia, já que as reduções seriam nos órgãos com menores orçamentos. Para ele, o verdadeiro objetivo de alguns é destruir pautas ligadas aos direitos humanos, por exemplo.

Fátima quer que CGU mantenha status ministerial

Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu a manutenção do status de ministério da Controladoria-Geral da União (CGU). Isso porque há a boatos dando conta que a CGU será rebaixada na reforma ministerial. A senadora destacou as ações no combate à corrupção a custos muito baixos.

— Para cada R\$ 1 investido na CGU, temos um retorno de R\$ 19 para a sociedade. A CGU já recuperou mais de R\$ 14 bilhões desviados dos cofres públicos. A CGU já demitiu de 2003 até hoje quase 600 servidores envolvidos em casos de corrupção. Isso tudo a um custo baixíssimo. A CGU tem o segundo menor orçamento da União — ressaltou Fátima Bezerra.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado



Waldemir Borretto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Ao lado do senador Fernando Bezerra, a ministra Izabella Teixeira detalha metas ambientais anunciadas por Dilma Rousseff

Meta ambiental depende da sociedade, diz ministra

Em audiência do Congresso, Izabella Teixeira detalhou metas que serão apresentadas na COP-21, em Paris, que prevêem redução de emissões de gases do efeito estufa. Segundo ela, país precisa se engajar

AUMENTAR O USO de energia renovável, acabar com o desmatamento ilegal e reflorestar 12 milhões de hectares de vegetação em território nacional são algumas das iniciativas que o Brasil pretende adotar para reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa até 2030, segundo exposição feita pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em audiência pública promovida ontem pela Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

A meta de redução de emissões havia sido anunciada pela presidente Dilma Rousseff durante discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, no domingo. Segundo a ministra, construir sistemas de monitoramento de desmatamento de todos os biomas é outra iniciativa para chegar aos níveis desejados de emissão de dióxido de carbono. O compromisso inclui a redução de 37% até 2025. Ambas as metas são comparadas aos níveis registrados em 2005.

Durante a audiência, a ministra disse que as metas são ambiciosas e dependem do engajamento não apenas do governo federal, mas também

do Congresso, dos estados, dos municípios e da sociedade.

— Não é mais uma questão ambiental somente. É uma questão de desenvolvimento — afirmou.

Segundo a ministra, em 1990 a emissão de dióxido de carbono era de 1,4 bilhão de toneladas. Em 2005, passou para 2,1 bilhões de toneladas. O governo pretende reduzir para 1,5 bilhão de toneladas até 2025 e chegar a 1,4 bilhão em 2040, o que, a seu ver, demonstra comprometimento do país com a redução

— O Brasil, 40 anos depois, terá menos emissão do que em 1990, com crescimento econômico e aumento de população — disse Izabella.

O compromisso do Brasil integra a Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla em inglês) para o futuro acordo climático que será negociado em dezembro, na 21ª Conferência sobre Clima da ONU (COP-21), em Paris. Todos os países signatários da Convenção de Clima da ONU precisarão apresentar as próprias metas, que oficializam o comprometimento de cada governo com ações capazes de

limitar o aumento da temperatura média do planeta a até 2°C.

Para a ministra, a COP-21 é uma oportunidade de países desenvolvidos e em desenvolvimento oferecerem juntos soluções:

— O Brasil ofereceu as maiores metas de redução. É mais que a União Europeia. Trilharmos um caminho de metas ambiciosas.

Afirmou o presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE):

— A proposta do Brasil para a COP demonstra um grande campo de oportunidades.

Segundo o vice-presidente da comissão, deputado Sarney Filho (PV-MA), a proposta evidencia a liderança brasileira no setor. Na mesma linha da ministra, o senador Jorge Viana (PT-AC) cobrou engajamento:

— Não é um compromisso qualquer. É um compromisso da nação brasileira, não consigo mesma, mas com a vida no planeta.

Entre as metas específicas assumidas pelo país, está a de assegurar 45% de fontes renováveis em sua matriz energética. A média global é de apenas 13%.

Comissão quer esclarecimentos do Itamaraty

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou pedido de informações para que o Itamaraty esclareça os critérios que vão orientar o trabalho do observador brasileiro destacado para acompanhar as eleições parlamentares na Venezuela, em dezembro. A proposta foi apresentada pelo presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O governo indicou o ex-



Aloysio se diz preocupado com eleições na Venezuela

— ministro da Defesa Nelson Jobim para integrar a missão formada pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul) para acompanhar as eleições.

— Queremos saber se o Itamaraty adotou padrões aceitáveis para julgar se o processo eleitoral é legítimo — justificou.

Aloysio lembrou que outra missão formada por senadores brasileiros deve também seguir para a Venezuela para acompanhar as eleições e que a decisão já foi anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo primeiro-vice-presidente da Casa, Jorge Viana (PT-AC).

Avança projeto de lei que cria Zona Franca de São Luís



A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo analisa na quarta-feira o projeto de criação da Zona Franca de São Luís, no Maranhão. A iniciativa está prevista no Projeto de Lei do Senado 319/2015, de Roberto Rocha (PSB-MA), e pretende incentivar a produção de bens para exportação.

Pelo texto, a Zona Franca de São Luís vai englobar toda a capital maranhense como área livre de comércio de importação e exportação, com incentivos fiscais especiais. As mercadorias que entrarem na zona franca também terão suspensão do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI).

O autor do projeto explicou que, ao contrário do que ocorre com a Zona Franca de Manaus, a de São Luís terá como destino de seus produtos o mercado externo.

— Minha proposta é que a ilha de São Luís ajude a tirar o Maranhão da situação de estado mais pobre do Brasil — afirmou Roberto Rocha.

Relator da proposta, Walter Pinheiro (PT-BA) é favorável à iniciativa. No relatório, ele lembra que as regras do Mercosul não impedem o Congresso de criar novas zonas francas. O senador considera a iniciativa um importante instrumento de desenvolvimento econômico, capaz de contribuir para a redução das grandes desigualdades existentes entre as regiões.

Senado debaterá privatização da estatal energética de Goiás

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza na terça-feira uma audiência pública para discutir a privatização da empresa Celg Distribuição, nome atual das Centrais Elétricas de Goiás.

Foram convidados para o debate Maximiliano Garcez, diretor da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal); Heliomar Pedrosa, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás (Stiueg); Wagner Alves Vilela Júnior, representante dos empregados da Celg; e representantes do Ministério de Minas e Energia

e do governo de Goiás.

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, afirmou, em evento sobre energia eólica realizado no Rio de Janeiro em setembro, que a privatização da Celg deve ser feita ainda neste ano e que o processo está esperando avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).

— A Celg privatizada significa aliviar a pressão sobre o caixa da Eletrobras, que, por última análise, é o Tesouro, de um prejuízo da ordem de R\$ 80 milhões ao mês — disse o ministro.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

País deve apostar na biomassa, afirma Hélio José

Hélio José (PSD-DF) disse que a última reunião do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), no México, chamou a atenção para a necessidade de o Brasil reforçar formas alternativas de geração de energia elétrica.

O senador ressaltou que 70% da energia vem das hidrelétricas.

De acordo com Hélio José, o governo estima que a participação hidrelétrica deve cair para 65% no início da próxima década, por causa de questões ambientais.

— Como a demanda deve crescer 4,2% ao ano, o Brasil precisa com urgência considerar uma matriz energética mais diversificada. A gente deve aproveitar o lixo, a biomassa, os ventos e o sol — afirmou.

Cintra apoia ação que beneficia irrigação na Bahia

Chamando a atenção para a crise hídrica do Nordeste, Douglas Cintra (PTB-PE) comemorou a decisão da Agência Nacional de Águas (ANA) de reduzir a escassez de água no Lago de Sobradinho, na Bahia.

Segundo a medida, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) aumentará a vazão da Barragem de Três Marias, em Minas Gerais, de modo a garantir a continuidade da irrigação da agricultura no Vale do São Francisco e o abastecimento de água na região.

Cintra citou estudos que previam a quebra da economia local se a estiagem interrompesse a irrigação em outubro.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Hadil Vianna, indicado para o Uruguai, e Rodrigo Souza, para as Filipinas, foram sabatinados ontem pelos senadores. Suas indicações agora serão submetidas ao Plenário

Comissão aprova dois novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem os nomes dos diplomatas Hadil Fontes da Rocha Vianna, para o posto de embaixador do Brasil no Uruguai, e de

Rodrigo do Amaral Souza, para comandar a embaixada do país nas Filipinas, acumulando também a representação na República de Palau, na Micronésia, e nas Ilhas Marshall.

As indicações foram aprovadas por unanimidade, após sabatina. Agora as mensagens presidenciais relativas aos nomes dos candidatos serão encaminhadas a Plenário, para análise final.

Indicado explica situação da maconha no Uruguai

Formado em direito, integrante da carreira diplomática desde 1980, Hadil Fontes da Rocha Vianna falou, na sabatina de ontem, da política de legalização da produção e do consumo da maconha no Uruguai.

O diplomata observou que a lei e o decreto que tratam da política de produção e uso legal não permite a venda de maconha para estrangeiros que estejam no Uruguai — o acesso é possível apenas para nacionais e estrangeiros residentes.

Também disse que os níveis de consumo e produção continuam os mesmos, em padrões históricos, conforme avaliação uruguaia. Registrou ainda que o governo uruguaio exerce grande controle sobre preços e produção. Haveria inclusive o cuidado com a escolha de sementes identificadas — que caracterizariam o cultivo do país — para ajudar no combate ao tráfico em contrabando.

— Os uruguaiois estão lidando à maneira deles com esse que é um caso deles. De qualquer modo, é um pioneirismo tratar de um tema tão sensível e polêmico — comentou, sem opinar se a mesma política seria válida para o Brasil.

De acordo com o diplomata, as relações entre o Brasil e o Uruguai historicamente são de alto nível. Ele destacou que os interesses comuns se desenvolvem especialmente no âmbito do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Em relação ao Mercosul, contudo, foi provocado por diversos senadores a esclarecer diferenças de visões que hoje sensibilizam as relações entre os parceiros. Ele confirmou que o Uruguai tem mostrado interesse em contar com flexibilidade visando a mais autonomia — ou velocidade própria, mesmo dentro da moldura de negociações por meio do bloco — para buscar acessos a outros mercados.

— Há essa preocupação, mas que de maneira nenhuma opõe o Uruguai ao processo de integração regional. Muito pelo contrário, as declarações do presidente [Tabaré Vázquez] são no sentido de que “nós não vamos ser os coveiros do Mercosul” — comentou.

Vianna observou ainda que

existe um termo firmado entre os parceiros do bloco que solicita que os sócios atuem em conjunto em relação a acordos “extramuros”. Nesse ponto, o presidente da CRE, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), observou que se trata de uma solicitação, mas não obrigação.

Acordos bilaterais

Alguns senadores já haviam citado a iniciativa do Uruguai de negociar um acordo bilateral de comércio com a China. O próprio candidato à embaixada no país mencionou o engajamento dos uruguaiois, e também do Paraguai, em negociações sobre tarifas e comércio por iniciativa dos Estados Unidos, fora do âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Nesse caso, segundo ele, o governo uruguaio teve o cuidado de avisar o Brasil sobre a iniciativa. De todo modo, informou que já foi divulgado que Tabaré Vázquez voltou atrás e retirou o Uruguai das negociações.

Quanto às relações comer-

ciais bilaterais, o diplomata observou que em 2014 foram atingidos recordes históricos. O fluxo total de comércio alcançou a cifra de US\$ 4,9 bilhões, com superávit do Brasil em US\$ 1 bilhão.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram óleos brutos de petróleo, erva-mate, combustíveis, automóveis e carne suína.

Já entre os produtos importados do Uruguai, destacam-se o trigo, o malte, garrafas e frascos de plástico, automóveis, borrachas vulcanizadas e chassis com motor diesel. Ressaltou ainda os investimentos brasileiros no Uruguai, a quarta maior participação entre parceiros do país.

Em sua avaliação, por meio do setor privado, o Brasil pode abrir novas frentes de negócios com o parceiro do Mercosul. Citou como áreas de oportunidade a produção de equipamentos para o setor energético, sobretudo o eólico e o sucroalcooleiro, e a infraestrutura para o desenvolvimento de sistemas de transportes.



Rodrigo Souza, indicado para a representação nas Filipinas, é ouvido no Senado

Filipinas podem ajudar Brasil no combate à dengue, diz diplomata

Rodrigo do Amaral Souza, o indicado para a embaixada nas Filipinas, citou a área de bioenergia entre as que oferecem oportunidades para o Brasil. O país asiático já tem um programa similar ao brasileiro de produção de etanol, com produção ainda insuficiente. Na mistura com gasolina, o etanol chega a 10%.

Também mencionou possibilidades para a indústria de aviões e equipamentos. O Brasil poderia se beneficiar, por outro lado, pela tecnologia desenvolvida pelo país no combate à dengue.

Souza registrou que o país do sudeste asiático e o Brasil guardam muitas semelhanças, inclusive a herança da cultura religiosa ibérica. Da população de 100 milhões, mais de 80% são católicos.

Além da língua filipina, a população conta com outro idioma oficial, o inglês, herdado da mais recente fase de colonização exercida pelos EUA, que se encerrou em 1946, quando o país adquiriu independência plena. A população também fala espanhol, adquirido no domínio pela Espanha.

Formado por vasta conjunção de arquipélagos, o país tem área similar à do Maranhão. Assim como o Brasil, as Filipinas apresentam fortes desigualdades sociais. O governo do presidente Benigno Aquino adotou um programa de redução da pobreza nos moldes do Bolsa Família brasileiro.

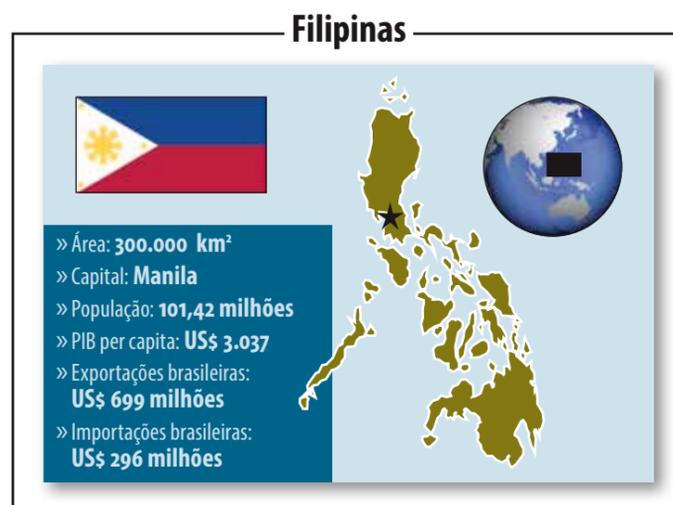
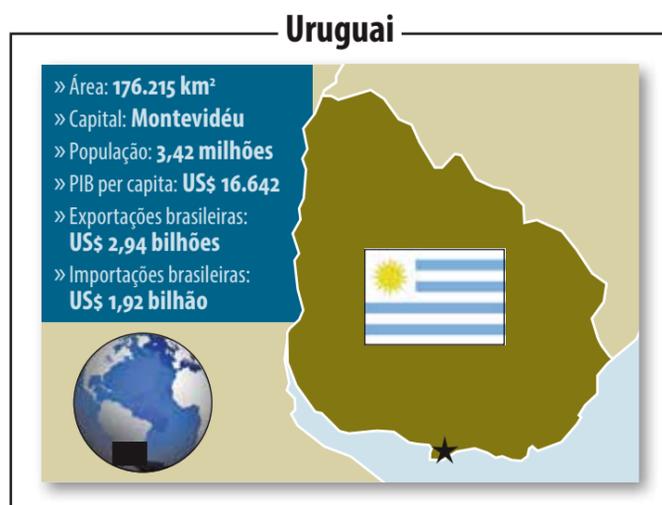
Em relação à economia, o diplomata destacou que o país vem apresentando forte crescimento do PIB, em níveis superiores a 6% ao ano. Para 2015, a expectativa é de chegar a 7%. O comércio bilateral é mantido em torno de US\$ 1 bilhão, com saldo positivo para o Brasil.

Souza, que é formado em administração de empresas, está no Itamaraty desde 1980.

Sobre o atual quadro político, o diplomata destacou que o país enfrentou turbulências entre os anos 60 e 80, por causa de movimentos armados de inspiração marxista que lutavam pelo poder, agora pacificados. Porém, o país ainda enfrenta insurgências organizadas por grupos muçulmanos ortodoxos, que compõem a minoria religiosa.



Hadil Vianna, que foi indicado para ocupar a embaixada do Brasil no Uruguai



Fontes: investexportbrasil.gov.br e Cia World Factbook